



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

## P R O T O C O L O

PROCESSO nº 164/2008 de 29 de maio de 2008

INTERESSADO: Executivo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: ALTERA A REDAÇÃO DO § 4º, DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL  
Nº2.773, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998.

PROJETO-DE-LEI nº 103/2008 de 29 de maio de 2008

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Secretário-Geral

*Lei Municipal nº 4.394/2008*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL  
DE BENTO GONÇALVES  
164/2008  
PROTOCOLO

Of. nº 108/2008 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 28 de maio de 2008.

**Excelentíssimo Senhor Presidente:**

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 103 que "**ALTERA A REDAÇÃO DO § 4º, DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.773, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998**".

A Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998 criou a JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infrações, a qual encontra-se em pleno funcionamento, junto a Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos, desde o início do ano de 1999.

De conformidade com a Lei Municipal nº 2.989, de 24 de abril de 2000, os membros da JARI reúnem-se para sessões ordinárias, semanalmente, recebendo uma ajuda de custo por sessão em que participarem.

Ocorre que, muitas vezes, para efetuarem um julgamento eficaz, faz-se necessário, que eles efetuem diligências e deslocamentos até os locais das ocorrências, gerando assim gastos efetivos, sem contar com a disponibilidade de horário.

Portanto, segue o Projeto de Lei anexo o qual visa readequar o valor da ajuda de custo aos membros da JARI por sessão em que efetivamente participarem, uma vez que o valor recebido não sofre alteração desde o ano de 2000.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, **em regime de urgência**, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

  
**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Palácio 11 de Outubro  
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

APROVADO  
Votação: Unânime (22/1)  
Por unanimidade  
Data: 05.06.2008  
\_\_\_\_\_  
Prefeito

**PROJETO DE LEI Nº 103, DE 28 DE MAIO DE 2008.**

**ALTERA A REDAÇÃO DO § 4º, DO  
ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº  
2.773/98.**

**Art. 1º** - O § 4º, do art. 2º da Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998 que "*Cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências*", alterada pela Lei Municipal nº 2.989, de 24 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"§ 4º - Cada membro da JARI receberá uma ajuda de custo no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por sessão em que participar."**

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO  
GONÇALVES, aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e oito.**

**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal

Processo nº 4421, de 21.05.2008.

**LEI MUNICIPAL Nº 2.989, DE 24 DE ABRIL DE 2000.**

**ADITA A LEI MUNICIPAL Nº 2.773, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998 QUE "CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

**DARCY POZZA**, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,  
**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Acresce no art. 2º da Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998, parágrafos com as seguintes redações:

**"§ 4º** - Cada membro da JARI receberá uma ajuda de custo no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) por sessão em que participar.

**§ 5º** - A JARI poderá realizar até quatro (04) sessões ordinárias mensalmente.

**§ 6º** - As sessões extraordinárias não serão remuneradas."

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 1º de abril de 2000.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil.

**DARCY POZZA**  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 2.773, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**CRIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE  
RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DARCY POZZA**, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,  
**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu  
sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, bem como as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra as sanções impostas pelo Município, em cumprimento a sua competência disposta no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

**Parágrafo Único** - A JARI analisará os processos administrativos de sua competência, decidindo sobre os recursos oferecidos contra sanções impostas no trânsito, dando ciência da decisão ao recorrente e ao Prefeito Municipal.

**Art. 2º** - A JARI será composta de 05 (cinco) membros, a saber:

- I. um representante da Secretaria Municipal responsável pelo Serviço de Trânsito que a presidirá;
- II. um representante da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção RGS, Subseção de Bento Gonçalves;
- III. um representante comunitário indicado pelo Prefeito Municipal;
- IV. um representante da Procuradoria Geral de Município;
- V. um representante do CONSEPRO.

**§ 1º** - Cada membro da JARI possuirá um suplente, indicado pelo respectivo órgão.

**§ 2º** - Após a indicação, os membros da JARI e seus suplentes serão nomeados por Portaria do Prefeito Municipal, com mandato de duração de 01 (um) ano.

Lei Municipal nº 2.773, de 23.12.98

**§ 3º** - É requisito para integrar a JARI o conhecimento prévio da legislação de trânsito.

**Art. 3º** - O Município será responsável pela infraestrutura da JARI, tomando todas as providências que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento.

**Art. 4º** - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas por dotações orçamentárias próprias.

**Art. 5º** - A JARI somente poderá deliberar com a totalidade de seus membros.

**Art. 6º** - Caberá à JARI criar seu regime interno, segundo as Diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito.

**Art. 7º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e oito.

**DARCY POZZA**  
**Prefeito Municipal**

Registre-se e Publique-se

---





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 179/2008

Processo nº 164/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 103/2008, do Poder Executivo, que *Altera a redação do § 4º, do Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998.*

O presente projeto de lei, visa alterar o § 4º, do Artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998, que "Cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências", alterada pela Lei Municipal nº 2.989, de 24 de abril de 2000, a fim de instituir uma ajuda de custo no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), à cada membro da JARI, por sessão que participar.

Esta Assessoria, não vislumbra óbices, do ponto de vista jurídico, a regular tramitação e votação da presente matéria.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de outubro, aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e oito.

Bel. Carlos José Perizzolo

OAB/RS 6.045

Bel. Jacqueline Menegotto

OAB/RS 51.007

Bel. Aloísio De Nardin

OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 164/2008

AUTOR: **Executivo Municipal**

ASSUNTO: **ALTERA A REDAÇÃO DO § 4º, DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.773/98.**

**PARECER: COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 164/2008 que **ALTERA A REDAÇÃO DO § 4º, DO ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.773/98**, exaram o seguinte parecer:

O presente projeto de lei, visa alterar o § 4º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998, que “Cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências”, alterada pela Lei Municipal nº 2.989, de 24 de abril de 2000, a fim de instituir uma ajuda de custo no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), à cada membro da JARI, por sessão que participar.

Essa Comissão é de parecer que a matéria tem condições de tramitação, cabendo ao Soberano Plenário a sua decisão. /

É o parecer.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2008.

Vereador **JAIR BARUFFI**  
Presidente

Vereador **FRANCISCO RIZZARDO**  
Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**  
Membro Efetivo





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 164/2008

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: **Altera a redação do § 4º, do Art. 2º da Lei Municipal Nº 2.773/98.**

PARECER: **COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Finanças e Orçamento, após procederem a análise do processo 164/2008, que **Altera a redação do § 4º, do Art. 2º da Lei Municipal Nº 2.773/98**, são de parecer que a matéria tem condições de tramitação e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2008.

Vereador  **VALDECIR RUBBO**  
Presidente

Vereador  **ROBERTO CAINELLI**  
Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 4.394, DE 05 DE JUNHO DE 2008.**

**ALTERA A REDAÇÃO DO § 4º, DO ART.  
2º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.773/98.**

**ALCINDO GABRIELLI**, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,  
**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - O § 4º, do art. 2º da Lei Municipal nº 2.773, de 23 de dezembro de 1998 que "*Cria a Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências*", alterada pela Lei Municipal nº 2.989, de 24 de abril de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"§ 4º** - Cada membro da JARI receberá uma ajuda de custo no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por sessão em que participar."

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, aos cinco dias do mês de junho de dois mil e oito.

  
**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

  
**Patrícia Brun Perizzolo**

Procuradora-Geral do Município

Processo nº 4421, de 21.05.2008.

Registrado (a) às fls. 003  
e publicado (a)

em 05 / 06 / 2008

